

Economia alemã resiste à pandemia

A economia alemã continua a crescer, ainda que a um ritmo mais lento, assegura o Bundesbank (banco central da Alemanha). A evolução tem sido positiva, num contexto de crise sanitária. A instituição prevê que os setores mais afetados serão os ligados aos serviços, à hotelaria e à restauração. O imobiliário tem mantido um dinamismo considerável e deverá sofrer um impacto menor. Não é esperada uma correção brutal dos preços.

Apoios extraordinários chegaram a 150 mil empresas

Os apoios extraordinários aprovados pelo Governo para responder aos impactos da pandemia de Covid-19 “abrangeram 2,2 milhões de pessoas, 150 mil empresas e tiveram um custo de dois mil milhões de euros, dos quais 1500 milhões de custos diretos e 500 milhões de custos associados a isenções e reduções de contribuições”, de acordo com a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

BUSINESS ANGELS ALERTAM

Orçamento de Estado não aposta no investimento privado

A FNABA, Federação Nacional de Associações de Business Angels, e a APBA, Associação Portuguesa de Business Angels, lamentam a ausência de medidas no Orçamento de Estado para promover o investimento privado em Startups e Pequenas e Médias Empresas (PME).

A FNABA e a APBA apresentaram ao Governo um conjunto de propostas que visam estimular o investimento privado em startups e PME, contribuindo para a criação de emprego, o aumento das exportações e a competitividade, objetivos especialmente relevantes no atual contexto. Segundo os proponentes, foram sugeridas medidas de simplificação legislativa e de natureza fiscal que não implicavam qualquer impacto financeiro nos orçamentos de 2021 e 2022.

Pedro Bandeira e João Trigo da Roza, presidentes, respetivamente, da FNABA e da APBA, entidades que representam os Business Angels em Portugal, afirmam que “as medidas conjuntas apresentadas estão alinhadas com as melhores práticas internacionais e, sem elas, corremos o sério risco de que a maioria do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e do



Pedro Bandeira presidente da FNABA.

reconhecimento que vem sendo alcançado pelas startups e PME portuguesas nos últimos anos possa, num ápice, ser total-



João Trigo da Roza presidente da APBA.

mente desperdiçado” e que “a responsabilidade não poderá ser apenas atribuída aos efeitos da Covid-19”.

“As startups e as PME são as entidades responsáveis pelo reconhecimento internacional de Portugal no âmbito da inovação e empreendedorismo, e são também responsáveis pela maioria dos postos de trabalho altamente qualificados criados nos últimos anos. A falta de incentivo ao investimento privado nas mesmas e a consequente estagnação do setor terá um impacto extremamente negativo na economia, uma vez que estas empresas não são, usualmente, apoiadas pelos meios tradicionais de financiamento (banca / crédito)”, alertam as duas instituições.

A APBA tem por missão fomentar o desenvolvimento e o investimento “early stage” em Portugal, com o objetivo de impulsionar o espírito empreendedor e contribuir para o crescimento de uma economia sustentável e inovadora. A FNABA é uma estrutura federada de associações de Business Angels, sem fins lucrativos e de âmbito nacional, que pretende ser reconhecida como a instituição de referência e o interlocutor privilegiado dos diferentes agentes económicos, políticos e sociais.



PEDRO CATÃO PINHEIRO

Advogado Associado
Coordenador do Departamento de Imigração da NEXT GALI
MACEDO & Associados, Sociedade de Advogados, SP, RL

Que futuro para o investimento estrangeiro em Portugal?

Jonh F. Kennedy disse em tempos que a “Mudança é a lei da vida. E aqueles que olham apenas para o passado ou o presente certamente perderão o futuro”.

É do conhecimento público que o atual executivo irá efetuar alterações ao Programa de ARI - Autorizações de Residência para Atividade de Investimento/visto gold, de forma a restringir a vertente de investimento imobiliário, às comunidades intermunicipais do interior, o que naturalmente inclui as áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, mas, mais do que isso, talvez e “in extremis”, todo o território da orla costeira, bem como aumentar os montantes mínimos de investimento requeridos.

Seja porque motivo for, a verdade é que o programa português de ARI/Visto Gold irá mudar, e todos os agentes económicos que dependem

fortemente do programa terão de se adaptar e evoluir.

Dito isto, importa olhar para o futuro.

O vasto interior do nosso País reserva imensas potencialidades, bem como diversas oportunidades de negócio que, através da obtenção de algum investimento estrangeiro, podem florescer, criando novas atividades de valor acrescentado, novas empresas, mais emprego, contribuir para a fixação de jovens nas comunidades do interior, para além da captação de novas receitas para os municípios deste território. Sectores como o Turismo, o Imobiliário na vertente de reabilitação urbana, a Indústria, a Agricultura, as Tecnologias de Informação, entre outros, podem e devem aproveitar esta oportunidade para criar ferramentas e campanhas que lhes permitam captar investimento no âmbito das

oitos vertentes de investimento possíveis previstas no Programa de ARI/Visto Gold.

Porém, existe muito mais. Programas de residência como o Tech Visa, que é um programa dedicado à certificação de empresas tecnológicas e inovadoras, concedendo autorizações de residência para empreendedores, e novos conceitos e ideias como o Green Visa, dedicado à vertente ambiental e modernização de infraestruturas já existentes, por exemplo, a certificação energética de imóveis, podem e devem ser ferramentas promovidas pelos agentes económicos em Portugal, mas principalmente utilizadas por cidadãos estrangeiros que pretendam estabelecer residência em Portugal e desta forma contribuir para o desenvolvimento e modernização do País. Por fim, não podemos esquecer

o Regime Fiscal do Residente Não Habitual (RNH), esse, sim, um dos principais responsáveis pelo aumento dos preços dos imóveis nas cidades da Cascais, Lisboa e Porto, do qual beneficiam milhares de cidadãos da União Europeia que se estabeleceram fiscalmente em Portugal desde 2009, juntamente com cidadãos de outros estados terceiros. Este regime constitui uma vantagem muito interessante a ser considerada por um novo residente e investidor, aquando da sua escolha e tomada decisão entre investir e migrar para Portugal, em detrimento de qualquer outro País. Todos estes programas e opções de investimento por parte de cidadãos estrangeiros já trouxeram milhares de milhões de euros para a economia nacional, sendo algo que nos devemos preocupar em potenciar e não em restringir.

APSTE “CHUMBA” OE 2021 “Governo tem de ir mais além”

A APSTE – Associação Portuguesa de Serviços Técnicos para Eventos considera que as medidas contempladas na Proposta do Orçamento de Estado para 2021 “ameaçam mais de três mil postos de trabalho diretos e indiretos”.

No seguimento das várias reuniões tidas com o Governo e outras forças políticas e após as medidas anunciadas pelo Executivo liderado por António Costa ao longo do último mês, a APSTE considera “insuficientes as propostas” e defende que “foram esquecidas questões vitais como a criação de um CAE específico para o setor, o congelamento das amortizações durante o próximo ano ou a disponibilização de uma linha de crédito com um valor ajustado à dimensão do volume de empresas a operar e dos prejuízos já acumulados por estas devido à pandemia”.

“Ainda temos algumas destas matérias em cima da mesa de negociações, mas, caso não cheguemos a um desenlace que garanta a sobrevivência das nossas empresas não teremos outra opção a não ser avançar com novas ações de protesto, afirma Pedro Magalhães, presidente da APSTE.